

# **Regimento da Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

*(Versão revista e aprovada na VIª  
Reunião da Conferência, Cabo Verde, 25  
de Julho de 2000)*

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1º** *(Definição)*

A Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, doravante designada por “Conferência”, é um órgão intergovernamental de foro multilateral vocacionado para a cooperação no domínio do Desporto, criada, nos termos do disposto nos Artigos 2º a 5º do Acordo de Cooperação no domínio do Desporto entre a República de Angola, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República de S.Tomé e Príncipe, assinado em Lisboa a vinte de Janeiro de 1990.

#### **Artigo 2º** *(Finalidade)*

A Conferência, através da cooperação no domínio do desporto, contribui para a realização das finalidades e objectivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa regendo-se pelos seus princípios orientadores.

#### **Artigo 3º** *(Duração)*

A Conferência é instituída por tempo indeterminado.

#### **Artigo 4º** *(Encargos Financeiros)*

1. Os encargos financeiros das reuniões da Conferência serão suportados pelo Estado anfitrião.
2. A Conferência procederá à fixação de uma quotização anual para prover outras despesas.

#### **Artigo 5º** *(Sede)*

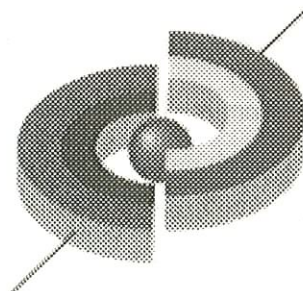
A sede da Conferência pertence ao estado que ocupar a presidência.

#### **Artigo 6º** *(Língua de Trabalho)*

A língua de trabalho da Conferência é o português.

#### **Artigo 7.º** *(Emblema)*

O emblema da Conferência é o seguinte:



### **Descrição:**

O Logotipo é constituído por duas elipses sobrepostas com um corte vertical e desfasadas, também verticalmente, em torno de uma esfera. A projecção das elipses é feita por forma a definir um sombreado para as mesmas por forma a que resulte uma impressão de volume. Com o mesmo objectivo a esfera possui uma variação cromática do azul ao branco. Este conjunto é atravessado na diagonal por uma linha recta dirigida de baixo para cima e da esquerda para a direita. O símbolo é acompanhado de uma abreviação da designação da Conferência, conforme imagem acima.

### **Simbologia:**

#### **Formal**

As duas elipses cortadas formam estilizadamente as letras "C" e "D", as quais representam respectivamente as iniciais das palavras "Conferência" e "Desporto". As duas elipses conferem também a ideia da forma dos estádios e pistas de atletismo.

A esfera possui uma dupla Simbologia, representando em primeiro lugar o Mundo, mas assumindo-se também como um símbolo que é universalmente associado ao Desporto, a bola.

A linha diagonal que atravessa o conjunto e confere-lhe unidade, representa o factor de aproximação deste conjunto de países, unidade essa que é bem expressa na língua portuguesa e na linguagem universal que é o Desporto.

### **Cromática**

As cores que compõem o Logotipo reproduzem as cores dominantes das bandeiras nacionais dos países que integram a Conferência.

## **CAPÍTULO II**

### **OBJECTIVOS**

#### **Artigo 8.º**

*(Objectivos)*

São objectivos gerais da Conferência:

- a) Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio do desporto;
- b) Implementar projectos multilaterais de desenvolvimento desportivo criando condições de realização regular de eventos e manifestações desportivas de âmbito recreativo, competitivo ou formativo no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- c) Concertação sobre as políticas e grande opções de intervenção no sistema desportivo de forma a dar expressão crescente às necessidades e objectivos comuns da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no espaço desportivo internacional;
- d) Contribuir para o desenvolvimento económico e social dos Estados membros através da promoção dos eventos e actividades associadas ao desporto;

e) Valorização dos recursos humanos ligados ao desporto dos Estados membros, através do desenvolvimento de políticas de formação de quadros.

**Artigo 9.º**  
(Competências)

Para além do disposto nos artigos 4º, 12º e 16.º, e na prossecução dos seus objectivos, compete ainda à Conferência:

- a) Deliberar sobre a política desportiva geral e estratégias a adoptar na consecução dos fins enunciados no Acordo de Cooperação no domínio do Desporto e dos objectivos definidos no presente regimento;
- b) Elaborar Recomendações sobre os princípios reguladores da sua actividade, bem como sobre toda a actividade desportiva e de cooperação entre os Estados membros;
- c) Emitir Declarações que explicitem as decisões tomadas em plenário bem como os princípios orientadores da sua actividade;
- d) Aprovar os planos e programas de cooperação desportiva multilateral e acompanhar o seu desenvolvimento;
- e) Avaliar o desenvolvimento das relações de cooperação bilateral e multilateral entre os Estados membros;
- f) Estabelecer prioridades em relação às áreas de cooperação preferencial entre os diversos Estados membros;
- g) Fixar a quotização anual;

- h) Criar e extinguir Comissões de trabalho especializadas;
- i) Escolher o Presidente e o local de realização da próxima reunião;
- j) Nomear o Secretário Geral;

Capítulo III

COMPOSIÇÃO

**Artigo 10.º**  
(Estados membros)

1. Os Estados membros da Conferência são os países signatários ou que formalizaram a sua adesão ao Acordo de Cooperação no domínio do Desporto, firmado em Lisboa a 20 de Janeiro de 1990, abaixo discriminados:

- a) República de Angola
- b) República Federativa do Brasil
- c) República de Cabo Verde
- d) República da Guiné-Bissau
- e) República de Moçambique
- f) República Portuguesa
- g) República Democrática de São Tomé e Príncipe

2. Para além destes, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá aderir à Conferência, mediante a adesão sem reservas ao Acordo de Cooperação no domínio do Desporto e ao presente regimento.

3. A Conferência decidirá por unanimidade a admissão de novos membros e estabelecerá as formalidades necessárias para esse efeito.

### **Artigo 11.º**

*(Representantes)*

São representantes oficiais de cada um dos países, os respectivos membros do Governo com a tutela do Desporto ou, na sua falta ou impedimento, a pessoa por eles designada para os substituir.

## **CAPITULO IV**

### **FUNCIONAMENTO**

### **Artigo 12º**

*(Plenários e comissões)*

A Conferência reúne-se em plenário, podendo criar, mediante deliberação, comissões especializadas para tratamento de assuntos específicos.

### **Artigo 13º**

*(Reuniões ordinárias, extraordinárias)*

1. A Conferência reúne-se ordinariamente de dois em dois anos, cabendo a respectiva convocação ao Presidente, com a antecedência mínima de três meses.
2. Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, em qualquer momento, pelo Presidente, por iniciativa própria, ou a pedido de dois terços dos membros da Conferência.

3. As convocações referidas nos números anteriores serão feitas por via diplomática.

### **Artigo 14º**

*(Reuniões informais)*

1. Na prossecução dos seus objectivos a Conferência pode ainda reunir informalmente por solicitação de qualquer um dos seus membros.
2. As reuniões informais, pelo seu carácter ocasional, não carecem de convocatória e ordem de trabalhos antecipadas nos termos previstos neste regimento.

### **Artigo 15º**

*(Deliberações)*

As deliberações da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para os Estados membros.

### **Artigo 16º**

*(Local de reunião)*

1. Os países participantes estabelecerão contactos bilaterais e multilaterais no sentido de proceder a determinação do local de realização da Conferência;
2. A determinação do local deve prioritariamente considerar a sua realização alternada em cada um dos Estados membros e o respeito do princípio da rotatividade por ordem alfabética.

### **Artigo 17º**

*(Presidência)*

1. A Presidência é assegurada pelo Estado membro designado por unanimidade em reunião ordinária da Conferência e compete-lhe assegurar o desenvolvimento das respectivas deliberações e recomendações, bem como do programa multilateral;
2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente escolherá o seu substituto de entre os representantes oficiais dos Estados membros.

### **Artigo 18º**

*(Secretariado Executivo)*

1. O Secretariado é o órgão executivo e administrativo da Conferência e, no âmbito do disposto no Artigo 4º do Acordo de Cooperação no domínio do Desporto, tem as seguintes competências:

- a) Divulgar e implementar as deliberações e recomendações da Conferência;
- b) Preparar os planos e programas de cooperação desportiva, bem como assegurar a sua execução após a sua aprovação em reunião plenária;
- c) Participar na preparação e organização das reuniões da Conferência e das reuniões de trabalho das Comissões especializadas;
- d) Zelar pelo bom funcionamento administrativo e financeiro da Conferência.

2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Geral. Compete ao Secretário Geral designar um elemento para o substituir nas suas ausências ou impedimentos, de entre os elementos que constituem o Secretariado Executivo.
3. Para coordenar a sua actividade com os diferentes órgãos, o Secretariado Executivo integra um elemento designado pela Presidência e um outro, designado pelo país organizador dos Jogos. Estes elementos são designados pelos respectivos membros do Governo.
4. A sede do Secretariado Executivo é em Lisboa.

### **Artigo 19º**

*(Secretário Geral)*

1. O Secretário Geral é um alto funcionário da Administração Pública Desportiva de um dos Estados membros designado pela Conferência por um mandato de quatro anos;
2. Ao Secretário Geral, para além de promover o bom funcionamento do Secretariado Executivo, assegurando o cumprimento de todas as suas funções, compete especialmente:
  - a) Empreender, sob a orientação da Presidência, medidas destinadas a promover os objectivos da Conferência e o Acordo de Cooperação no domínio do Desporto;
  - b) Nomear, após consulta à Presidência, todo o pessoal

técnico e administrativo que integra o Secretariado Executivo;

- c) No cumprimento das suas funções, articular a actividade do Secretariado Executivo com base na consulta aos diversos Estados membros
- d) Exercer quaisquer outras funções que lhe sejam incumbidas pela Conferência.

A CONFERÊNCIA DE MINISTROS  
RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO  
DA COMUNIDADE DOS PAISES  
DE LÍNGUA PORTUGUESA

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS

#### **Artigo 20.º**

*(Revisão do regimento)*

1. A revisão do regimento carece de uma maioria qualificada de dois terços.
2. Qualquer proposta de revisão regimental deverá ser formulada por escrito e entregue a cada um dos Estados, através do Secretariado Executivo, com uma antecedência mínima de três meses.

#### **Artigo 21.º**

*(Casos omissos)*

Os casos não previstos pelo presente regimento serão resolvidos pela Conferência.

#### **Artigo 22.º**

*(Entrada em vigor)*

O presente regimento entra em vigor imediatamente após a data da sua aprovação.